

Saberes da terra, sabores da infância: a ciranda infantil como lugar de pertencimento

Knowledge of the land, flavors of childhood: the children's circle dance as a place of belonging

Conocimiento de la tierra, sabores de la infancia: la danza en círculo infantil como lugar de pertenencia

Anna Paula Balbino de Araújo¹

Daniele do Nascimento Leandro²

Ana Paula Romão de Souza Ferreira³

<https://doi.org/10.70678/sala8.v1i12.2052>

Artigo científico

Linha de pesquisa: Educação e Direitos Humanos

RESUMO

O presente artigo aborda a criança e a infância do campo nas áreas de reforma agrária como sujeitos do campo. Nosso objetivo geral é analisar a contribuição da Ciranda Infantil realizada pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra - MST para a formação educacional da criança do campo contextualizando com a infância camponesa. E nossos objetivos específicos são: Caracterizar a criança do campo na formação da identidade camponesa; contextualizar a Ciranda Infantil como direito humano; e conhecer a infância camponesa no território de reforma agrária. Nossa metodologia foi centrada na pesquisa qualitativa, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, sendo ancorada na abordagem qualitativa. Portanto, a Ciranda Infantil se constitui como um espaço pedagógico não formal, onde a criança camponesa se desenvolve como sujeito protagonista de sua cultura e constrói sua identidade política camponesa. Assim, a ciranda infantil tem uma significativa contribuição para o desenvolvimento das crianças nos espaços políticos educativo do MST e contribuindo para a efetivação da Educação do Campo nos seus aspectos de fortalecimento e organização das bases e organicidade da população camponesa.

Palavras-Chave: Infância do Campo; Ciranda Infantil; Direitos Humanos.

¹ Universidade Estadual da Paraíba, Especialista em Educação (UEPB). E-mail: anna.balbino@aluno.uepb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1453-8779>.

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Doutoranda em Educação (PPGED/UFRN). E-mail: daniele.leandro1@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8379-308X>.

³ Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Educação. Professora Associada I, junto ao Departamento de Habilitações Pedagógicas (CE/UFPB). E-mail: anarosfe@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9755-2439>.

ABSTRACT

This article addresses rural children and childhood in agrarian reform areas as rural subjects. Our overall objective is to analyze the contribution of the Ciranda Infantil (Children's Circle) organized by the Landless Workers' Movement (MST) to the educational development of rural children, contextualizing it within peasant childhood. Our specific objectives are: to characterize rural children in the formation of peasant identity; to contextualize the Ciranda Infantil (Children's Circle) as a human right; and to understand peasant childhood in agrarian reform territories. Our methodology was centered on qualitative research, from the perspective of historical-dialectical materialism, anchored in the qualitative approach. Therefore, Ciranda Infantil is a non-formal pedagogical space, where the peasant child develops as a protagonist of his/her culture and builds his/her peasant political identity. Thus, the children's circle dance makes a significant contribution to the development of children in the MST's political and educational spaces and contributes to the implementation of Rural Education in its aspects of strengthening and organizing the foundations and organic nature of the rural population.

Keywords: Rural Childhood; Children's Circle Dance; Human Rights.

RESUMEN

Este artículo aborda la infancia y la niñez rural en zonas de reforma agraria como sujetos rurales. Nuestro objetivo general es analizar la contribución de la Ciranda Infantil (Círculo Infantil) organizada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) al desarrollo educativo de la niñez rural, contextualizándola en la infancia campesina. Nuestros objetivos específicos son: caracterizar a la niñez rural en la formación de la identidad campesina; contextualizar la Ciranda Infantil como un derecho humano; y comprender la infancia campesina en los territorios de la reforma agraria. Nuestra metodología se centró en la investigación cualitativa, desde la perspectiva del materialismo histórico-dialéctico, con fundamento en el enfoque cualitativo. Por tanto, Ciranda Infantil es un espacio pedagógico no formal, donde el niño campesino se desarrolla como protagonista de su cultura y construye su identidad política campesina. De este modo, la danza circular infantil contribuye significativamente al desarrollo de la infancia en los espacios políticos y educativos del MST y a la implementación de la Educación Rural en sus aspectos de fortalecimiento y organización de las bases y la naturaleza orgánica de la población rural.

Palabras clave: Infancia Rural; Danza Circular Infantil; Derechos Humanos.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a infância do campo nas áreas de reforma agrária, aporte construído pelo sujeito do campo, construindo e reconstruindo no seu território a possibilidade de as crianças sem terras ter uma infância no/do campo contextualizada no meio social e cultural, de sua *práxis* como cidadão do presente e, não somente do futuro. Portanto, sujeito criança sem-terra e cidadão de direito. Através das Cirandas Infantis a criança sem terra fortalece sua identidade. Além disso, as Cirandas Infantis possibilitam a participação das mulheres na organização política, nas atividades dos assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra - MST, na formação educativa não formal é um movimento social do campo e vem fortalecendo e desenvolvendo a infância do campo nas suas instâncias.

A infância camponesa está sendo desenvolvida coletivamente e sendo ampliada o pensada desde o início do MST, uma infância vinculada na construção social do sujeito, da classe trabalhadora em luta pela reforma agrária, que se constrói em acampamento, assentamento rural ou atividades da Pedagogia da Alternância⁴. Contribuindo para além no Movimento a infância do campo, visto que existe Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Comissão Pastoral da Terra - CPT, esses movimentos sociais do campo também estão construindo com a infância do campo, visto que as crianças e seus familiares participam, vivenciar, lutar, por moradia, luta pela terra, pela água, por condições dignas nos territórios camponês, por escolarização. Pensar em criança do campo traz múltiplas perspectivas, que dialogam com tempos e espaços diferenciados, desde o brincar, com brincadeiras significativas ao seu mundo e mais próximas à natureza até às relações entre o “eu e os outros”. Relações simbólicas e afetivas com a terra ou às águas.

A reflexão sobre infância Sem Terra foi incorporada no acampamento na Encruzilhada Natalina, no Rio Grande do Sul, em 1981. A partir desse acampamento deu início a discussão sobre a infância camponesa que expandiu com o MST no início dos anos 1990 com a formação da Ciranda Infantil.

Compreendemos que a Ciranda Infantil se constitui como um espaço pedagógico não formal, onde a criança camponesa desenvolve como sujeito protagonista de sua cultura, identidade camponesa seja sem-terra, quilombola, camponesa. A Ciranda Infantil do MST, na sua formulação pedagógica do sujeito camponês esta estrutura em Ciranda Itinerante: em congresso, formação, seminário, marcha, encontro, curso formal e não formal por um determinado período, e Ciranda Permanente ocorre nos assentamentos, acampamentos, centros de formações com tempo/espaço.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a contribuição da Ciranda Infantil realizada pelo MST para a formação educacional da criança do campo contextualizando com a infância camponesa. E os nossos objetivos específicos são: Caracterizar a criança do campo na formação da identidade camponesa; contextualizar a Ciranda Infantil como

⁴ A Pedagogia da Alternância é uma prática educativa que possibilita a alternância entre Tempo Escola e Tempo Comunidade, considerando as necessidades dos sujeitos do campo que possuem “tempos” diferentes do mundo urbanocêntrico. E, além disso, possibilita a intencionalidade didática da relação teoria e prática, em que no Tempo Escola se estuda fundamentos teóricos e no Tempo Escola se faz diagnósticos, estágios, observação participante e pesquisa-ação. Vem sendo desenvolvido em Cursos do Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), nas universidades em que estejam vinculados.

direito humano; e conhecer a infância camponesa no território de reforma agrária. Nossa metodologia foi centrada na pesquisa qualitativa, na perspectiva do materialista histórico-dialético, sendo ancorada na abordagem qualitativa.

Compreendemos o papel do movimento social na estruturação e elaboração na construção de uma identidade campesina na criança e infância do campo através do espaço da Ciranda Infantil, um espaço de educação infantil do campo, em que os movimentos sociais vêm elaborando e desenvolvendo nas suas instâncias pedagógicas no desenvolvimento do sujeito do campo viver e estudar na área de reforma agrária.

O artigo divide em Introdução e Conclusão e por três capítulos teóricos: no Capítulo 2 apresentamos, a participação do MST para a construção da infância camponesa, no capítulo 3 a metodologia e no capítulo 4 a educação infantil para a infância camponesa por meio da Ciranda Infantil.

2 A PARTICIPAÇÃO DO MST PARA A CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA CAMPONESA

Os movimentos sociais se constituem por ações coletivas, e buscam melhorias das políticas sociais, educação, moradia, saúde, direitos as mulheres, através de lutas constantes por direitos negados a população. Para Maria da Glória Gohn (1992, p. 43):

Os movimentos sociais populares são formas renovadas de educação populares são formas renovadas de educação popular. Eles não ocorrem através de um programa previamente estabelecido, mas através dos princípios que fundamentaram programas de educação popular, formulados por agentes institucionais determinados, tais como grupos de assessorias articulados a igrejas, a partidos políticos, a universidades, a instituições governamentais nacionais e internacionais, a sindicatos etc..

Sendo assim, contribui para formação dos indivíduos, na sua criatividade na sua própria vida social. Os movimentos sociais urbanos e os movimentos sociais do campo vêm contribuindo na formação política e social desses sujeitos por melhorias de condições de trabalho do campo e urbano e por uma educação voltada par valorizar o saber popular das comunidades camponesas.

Os movimentos sociais do campo mais expressivos no processo histórico são: Ligas Camponesas, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil),

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e Quilombolas. Assim sendo, são formas de ação coletiva, que mostram o conflito ou contradição entre setores da população e promovem modificações e transformações na sociedade, como setores políticos e culturais. Sendo que as Ligas Camponesas foi o primeiro movimento social do campo e depois das Ligas surgiu a CPT e os demais movimentos com suas especificidades e suas bandeiras de lutas.

Os movimentos sociais do campo organizaram-se fazendo greve por salário mínimo, aumento de preço da colheita, melhores condições de trabalho, organizando-se em associações, ligas, sindicatos, camponeses para luta por salário mínimo, aumento no preço da colheita, melhores condições de trabalho: “o final dos anos 70[1970] começaram a aparecer movimentos que trouxeram em seu bojo uma crítica à política agrícola governamental”. (Medeiros, 1989) vêm lutando por políticas públicas para o atendimento dos camponeses, com escolarização, assistência técnicas para as famílias agricultoras da Reforma Agrária é um programa que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu aceso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir (Stedile, 2012).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no final do ano 1978 a 1983 surgir com ajuda da CPT, com lutas por terra no estado do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Entre as décadas de 1980 a 1990 o MST territorializou por todos os estados brasileiros organizando acampamentos e assentamentos e constitui-se em um movimento nacional.

O movimento começou a pensar em educação das crianças a partir da *Infância Sem Terra* no acampamento na Encruzilhada Natalina, no Rio Grande do Sul, em 1981, surgindo com bandeira de luta por terra. A educação foi incorporada como essencial ao movimento. Para tanto, foi criado o setor de educação que constitui os Coletivos Estaduais de Educação, um Coletivo Nacional de Educação do MST para atender a educação dos acampados e assentados da Reforma Agrária. É, nesse contexto, que localizamos a preocupação com a educação infantil, adolescente, jovens e adultos e a educação universitária. O MST desenvolve praticas educativas para infância nos seus cursos, encontros, acampamentos e assentamentos. Além disso, também organizar cursos técnicos, cursos superiores em parceria com instituições federais e universidades. Foi, dessa forma, que o movimento chegou à educação do campo.

Com o encontro do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA⁵), em julho de 1997 surgiu o PRONERA que assumiu o processo de construção das Conferências Nacionais de Educação do Campo de 1998 e 2004 e do Seminário Nacional por uma Educação Básica do Campo em 2002. Em 2019 o Encontro Nacional Sem Terrinha em Brasília. O Movimento realiza os Encontros dos Sem Terrinha, além de encontros nacionais com a juventude para integrar a identidade do movimento. Esses movimentos surgiram para pressionar o Estado por leis para atender o bem-estar social da população camponesa no atendimento política educacional (Caldart, 2012).

A Ciranda Infantil surgiu em 1997, pelo Coletivo Nacional do MST, devido a necessidades das mulheres militantes, participarem da cooperativa e das atividades do assentamento, acampamento, reuniões cursos formais e não formais. Surgiu através de um problema do coletivo, hoje um espaço educativo, do sujeito sem-terra, quilombolas, de referências para outros movimentos sociais e internacionais, poder ser Itinerante e Permanente.

Nasceu a necessidade de organização das mulheres participarem desses espaços de luta e organização em cooperativas, segundo Araújo (2009). E foram concretizadas no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. Está presente em toda atividade do Movimento e serve de referência para outros Movimento Sociais. Os Objetivos da Ciranda Infantil consistem em desenvolver um espaço educativo, onde a criança seja o sujeito protagonista, desenvolver a cooperação de vivência, o vínculo com sua identidade.

A Ciranda Itinerante: em congresso, formação, seminário, marcha, encontro, curso formal e não formal por um determinado período, e permanente ocorre nos assentamentos, acampamentos, centros de formações com tempo/espaço.

A Organização da Ciranda está dividida em: Coordenação Geral da Ciranda pelo Setor Nacional de Educação, representantes da Direção Nacional, Coordenadores das

⁵ ENERA- I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (Enera) em julho de 1997, em Luziânia no Estado de Goiás pelo MST, Fundação das Nações Unidas para Infância (UNICEF), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e a Universidade de Brasília (UNB). Uma apresentação pública do trabalho que vinha sendo desenvolvido dos assentamentos, na educação de jovens e adultos, na educação infantil e na formação de professores. Foi desse encontro que emergiu a proposta de se criar um PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA).

Faixas etárias, Equipes como saúde, cozinha, secretaria, comunicação, cultura, mobilização, memória, segurança. Núcleo de Base organizado pela faixa etária de idade das crianças, (0 a 2 anos; 3 a 4 anos; 5 a 6 anos; 7 a 12 anos) com seus educadores. Horário de funcionamento: 08h às 12h, das 14h as 18h. O planejamento da ciranda infantil com participação de todos da equipe, reunião no final de cada dia da ciranda quando é itinerante, planejamento semanal.

A Rotina da Ciranda Infantil organizada no tempo educativo seguindo os horários como mostra o quadro 1 a baixo:

Quadro 1 - Rotina da Ciranda Infantil

Fonte: Autoras (2025)

SÁBADO	Café da manhã	Ciranda Infantil	Alimentação das crianças	Almoço	Ciranda Infantil	Alim entação das crianças	Saídas das crianças para jantar
SEXTA	Café da manhã	Ciranda Infantil	Alimentação das crianças	Almoço	Ciranda Infantil	Alim entação das crianças	Saídas das crianças para jantar
QUINTA	Café da manhã	Ciranda Infantil	Alimentação das crianças	Almoço	Ciranda Infantil	Alim entação das crianças	Saídas das crianças para jantar
QUARTA	Café da manhã	Ciranda Infantil	Alimentação das crianças	Almoço	Ciranda Infantil	Alim entação das crianças	Saídas das crianças para jantar
TERÇA	Café da manhã	Ciranda Infantil	Alimentação das crianças	Almoço	Ciranda Infantil	Alim entação das crianças	Saídas das crianças para jantar
SEGUNDA	Café da manhã	Ciranda Infantil	Alimentação das crianças	Almoço	Ciranda Infantil	Alimentação das crianças	Saídas das crianças para jantar
HORÁRIO	07h00min	08h00min	10h00min	12h00min	14h00min	16h00min	18h00min

A rotina Ciranda Infantil das atividades do MST seguindo a organização das atividades das mulheres, homens (pai/mãe) durante a militância, na jornada de estudos cursos, marcha, encontro, etc. Portanto espaço educativo, pensado para as crianças,

onde todos participavam das místicas e em seguida inicia as atividades do MST.

Segundo Referência Curricular Nacional Para a Educação Infantil -RCNEI:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, p.23)

O espaço educativo da Ciranda Infantil buscando desenvolvimento das crianças e também nas educadoras a interação social, afetiva, buscando nos RCNEI aportes teóricos para as atividades da rotina na ciranda infantil o desenvolvimento da aprendizagem das crianças em relação ao ser social, com capacidade afetiva, emocional e cognitiva.

Na atividade educativa a criança através dos desenhos descreve sua comunidade e o que se encontra nela, como: galinha, burro, açude, e o trator. Na atividade de pintura desenvolvida pelas crianças, a educadora infantil remetendo o espaço da atividade educativa do MST, presente no alojamento, alimentação. Nas brincadeiras infantis no cotidiano da ciranda infantil, as crianças interagem e o compartilhamento dos brinquedos era estimulado.

De acordo com o Referência Curricular Nacional Para A Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998, p.27):

A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o “não-brincar”. Se a brincadeira é uma ação que ocorre no plano da imaginação isto implica que aquele que brinca tenha o domínio da linguagem simbólica. Isto quer dizer que é preciso haver consciência da diferença existente entre a brincadeira e a realidade imediata que lhe forneceu conteúdo para realizar-se. Nesse sentido, para brincar é preciso apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados. Essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade. Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada.

A educação infantil presente na Ciranda Infantil visa compreender a formação das crianças para a cidadania e o convívio entre as crianças nesse espaço não escolar, desenvolver vínculos e respeito a si, ao outro, nas trocas de experiência com o outro, na construção da identidade nas atividades na Ciranda Infantil. O conhecimento de mundo

que a criança traz consigo é reelaborado, através do brincar. Trata-se de uma prática da Educação Popular, por ser feita para e com as crianças.

Nesse intuito, a Educação Popular através do saber da comunidade faz um entrelace com saber formal. Portanto para Brandão: “A educação popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do *saber compartilhado* cria a experiência do *poder compartilhado*” (Brandão, 1984, p.72, grifo do autor).

Portanto, a Educação Popular possui suas raízes pautadas no saber popular, orgânico sistematizando com o saber formal, busca promover o conhecimento mesmo que não levando a alfabetização, mas o conhecimento de se mesmo do mundo. Construindo uma sociedade coletiva, através da luta da classe popular, através de práticas educativas de políticas públicas para Educação Popular (EP) visando a transformação da classe social.

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo descrever e fundamentar as escolhas metodológicas que orientam a presente investigação. A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, utilizando-se das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, e adota o Materialismo Histórico-Dialético como método de análise para interpretar a realidade estudada.

A natureza do problema de pesquisa, que busca compreender as relações, contradições e processos sociais em sua profundidade e complexidade, exigiu uma abordagem qualitativa. Esta abordagem é apropriada para estudos que privilegiam a análise de significados, intenções e motivações inscritas nos fenômenos sociais, indo além da quantificação de variáveis (Minayo, 2014). A pesquisa qualitativa aqui não é sinônimo de falta de rigor. Pelo contrário, exige um sistemático processo de interpretação, articulado a um referencial teórico-metodológico sólido, que neste caso, é o Materialismo Histórico-Dialético.

Para operacionalizar a investigação, foram empregados dois procedimentos técnicos complementares: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada para construir o marco teórico e conhecer o estado da arte

sobre o tema. A pesquisa documental complementou a bibliográfica, focando na análise de fontes primárias que carregam em si a materialidade do fenômeno investigado.

Portanto, o percurso metodológico aqui delineado a articulação entre a abordagem qualitativa, as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental e o método de análise do materialismo histórico-dialético, configura-se como um caminho coerente para desvendar as múltiplas determinações do objeto de estudo. Este arcabouço permite não apenas descrever o fenômeno, mas criticá-lo em suas raízes históricas e sociais, contribuindo para uma compreensão científica que visa à transformação da realidade.

4 A EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A INFÂNCIA CAMPONESA POR MEIO DA CIRANDA INFANTIL

A criança do campo se compreende como um sujeito em construção, com direito a viver em coletivo com seus pares, produzindo cultura, identidade camponesa, visto que essas crianças vivem no campo, sejam em acampamento, assentamento rural, quilombos, ribeirinhas, comunidades tradicionais, comunidade rural, conseguem efetivar um diálogo entre si e com os outros sobre o campo, quando participantes da Ciranda Infantil. Para o dicionário Aurélio criança é “um ser humano de pouca idade menino ou menina. Pessoa ingênua”. No entanto, buscamos falar de infâncias e não somente de infância.

A infância nos últimos estudos está centrada nos aspectos das crianças e suas relações sociais. Para Sarmento (2006) o lugar da infância na contemporaneidade é um lugar em mudança. A infância do/no campo pelos estudos nos últimos anos é uma infância múltipla visto que a criança está inserida em vários contextos sociais, cultural e territoriais brasileiros. A criança sem-terra no contexto social refere-se à criança na luta pela Reforma Agrária e por viver com sua família a luta pela terra.

Portanto, as crianças camponesas vivenciam territórios da infância a partir de suas relações em suas territorialidades. Uma vez que “a concepção de criança é uma noção historicamente construída e consequentemente vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade e época (BRASIL, 1998, p.21).” A educação infantil no MST surgiu da necessidade das famílias principalmente nas mulheres no cuidado com educação da criança sem terrinha, constituindo assim a educação infantil no campo, nos

assentamentos, acampamento pela luta pela reforma agrária, isto porque as crianças desde muito cedo com seus familiares desenvolvem a experiência na vivência da luta pela terra, moradia, educação pública para o campo.

O MST vem construindo as estratégias e desenvolvendo formas de inclusão para crianças do campo através da educação infantil por meio de proposta pedagógica referenciada na Pedagogia do Movimento e reafirmando as identidades das crianças na Ciranda Infantil. Contribui ainda, com a contextualização das práticas socioeducativas no cuidado coletivo, a partir do olhar da comunidade desenvolvendo nas crianças um território social, cultural e afetivo.

Com a Constituição Federal, conferimos que as crianças têm direito as creches e pré-escolas, e que é dever da família, matricular às crianças e do poder público construir e manter a educação dessas crianças com dignidade, cumprindo de forma legal um importante direito ao respeito a educação. Como diz a Constituição Brasileira de 1988, no Capítulo VII da família, da criança, do adolescente do jovem e do idoso no artigo diz:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos: I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil (BRASIL, 1988).

Sendo um ponto importante, a reflexão da legislação, quanto as garantias para às crianças do/no campo viverem em outro território, tanto no campo, quanto quando necessário, viver no mundo urbano. Neste intuito, outro importante documento trata-se da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que trouxe na década de 1990 o direito à educação, proteção, lazer a crianças e adolescentes no capítulo IV, do Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer no Artigo 53 diz:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em

entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais (BRASIL, 1990).

Portanto, as políticas públicas para educação infantil principalmente para as Crianças do Campo trouxeram para esses sujeitos em desenvolvimento socioeducativo o direito a estudar nos seus territórios. Na resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil no oitavo artigo trata das propostas pedagógica das instituições de Educação Infantil, quando atribui no § 3º, que as propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem:

I - reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais; II - ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis; III - flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações; IV - valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural; V - prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade (BRASIL, 2009).

A educação infantil no campo é pensada em espaços educativos com os jogos, brincadeiras e as canções populares para dentro dos espaços de pré-escolar, creches cultivando valores e formação de um novo sujeito. Compreendemos, assim, que o direito ao “brincar” em sua cultura é um direito de pertencimento ao grupo social. E o direito às creches e espaços similares são direitos das mulheres e direitos das crianças.

A Infância do Campo está sendo desenvolvida coletivamente e pensada desde seu início no MST, em uma perspectiva de uma infância vinculada na construção social do sujeito, da classe trabalhadora em luta pela reforma agrária, quer seja em acampamento (condição provisória) da ocupação territorial ou assentamento rural (condição fixa com direito garantido pelo Estado). Os movimentos sociais do campo, em suas diversidades, pensam a infância do campo, incluindo as crianças e seus familiares, unindo-os a participarem e vivenciarem às lutas, por moradia, luta pela terra, pela água, por

condições dignas nos territórios camponês, por escolarização. Pensar em criança do campo traz um perspectivas: “A criança e a infância no MST fazem parte, portanto, desse processo de luta, nesse contexto histórico. Dialogar com a possibilidade da construção de outro projeto social, pautado por outra sociabilidade, tem sido colocado por este Movimento como objetivo fundamental” (Ramos, 2013, p.78).

Além disso, segundo Kramer, a infância é: A identificação do contexto burguês em que este sentimento de infância surge e se estrutura é extremamente importante para a compreensão da concepção atual de criança, quando se acredita ou se quer fazer acreditar numa essência infantil desvinculada das condições de existência, ou seja, na criança universal, idêntica qualquer que seja sua classe social e sua cultura (Kramer, 2003).

Pensar na infância camponesa, é pensar em sujeito em construção, sujeito de direitos no presente, e no direito como uma conquista do espaço digno respeitando sua vivência camponesa, pois são sujeitos que estão inseridos em espaços coletivos. Portanto, esse sujeito em formação da identidade camponesa, constrói na infância, individualmente, coletivamente, seu lugar, de pertencimento no mundo.

Segundo Philippe Airès (1986, p. 39) a infância se compreender em:

Primeiro, a idade dos brinquedos: as crianças brincam com um cavalo de pau, uma boneca, um pequeno moinho ou pássaros amarrados. Depois a idade da escola: os meninos aprendem a ler ou seguram um livro e um estojo; as meninas aprendem a fiar.

Sendo que as Cirandas Infantis foi o primeiro espaço organizado experiência do movimento social do campo para as crianças no campo e com essa experiência os demais movimentos sociais à incorporaram ao seu espaço orgânico com suas especificidades e suas bandeiras de lutas.

A Ciranda Infantil constituiu um espaço de formação não escolar, onde as mulheres podem deixar seus/suas filhos/filhas para participarem de atividades universitárias e das práticas da educação popular proporcionadas pelos movimentos sociais, a exemplo da participação na cooperativa, encontros, seminários, reuniões, marchas, entre outros eventos significativos. Para tanto, vimos que as classes populares se organizam em trabalho coletivo, onde as mulheres vivenciam um importante espaço de práticas educativas e de interação com dinâmica social.

Diante disso, observamos a concepção sobre a identidade camponesa já iniciada na infância através de uma pedagogia própria dos Movimentos Sociais do Campo. Com prática de acolhimento com os pilares de a educação infantil o brincar, cuidar e educar com afeto, sociabilidade e respeito as diversidades, entre outras práticas educativas não formal.

5 CONCLUSÃO

A Educação do Campo e seus marcos normativos são processo de lutas dos trabalhadores (as) rurais por políticas públicas para a população camponesa: os caiçaras, os ribeirinhos, os quilombolas, assentados e acampados da reforma agrária, os extrativistas, pescadores, os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores, os artesanais, os ribeirinhos, os trabalhadores assalariados rurais, os povos da floresta, os caboclos, por educação de qualidade e contextualizada com sua cultura, saberes com suas realidades camponesas.

Esta luta compõe uma busca incessante por Direitos Humanos. Um desses direitos, enquanto perspectiva de política de Estado está contemplado no decreto de nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), no art.4 inciso I, que dispõe sobre a oferta de educação infantil para a população do campo primeira etapa da educação básica em creches, pré-escolas do campo.

Para tanto, observamos que as classes populares se organizam em trabalho coletivo, onde as mulheres vivenciam um importante espaço de práticas educativas, e de interação com dinâmica social. O direito às creches e espaços similares são direitos das mulheres e direitos das crianças. Sendo assim, destaca-se enquanto ponto central da Ciranda Infantil o sujeito em construção.

A Ciranda Infantil está na organicidade nos espaços do MST em diversas atividades: marchas, acampamentos, assentamentos, encontros, reuniões, congressos, curso formal e informal, garantindo a formação das crianças e participação das mulheres nesses espaços. Portanto, a educação infantil do campo, se constitui em um espaço educativo e está entrelaçada com a ludicidade, como: jogos, brincadeiras e canções populares, dentro dos espaços de creches e pré-escolar, cultivando valores e a formação

de um novo sujeito. Portanto, a Ciranda Infantil pode ser compreendida como um espaço educativo da educação básica do campo com desempenho estruturante na construção da infância camponesa em seu território e territorialidades.

6 REFERÊNCIAS

AIRÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara. 1986.

BRASIL, Constituição Federal. Constituição da República Federativa. **Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 14 de abril de 2023.

BRASIL, RCNEI, 1998. Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Volume 1: Introdução; volume 2: Formação pessoal e social; volume 3: Conhecimento de mundo.

CALDART, Roseli Salete et al. Educação do campo. **Dicionário da educação do campo**, v. 2, p. 257-265, 2012.

FREITAS, Fábio Accardo de. **Educação Infantil Popular: possibilidades a partir da Ciranda Infantil do MST**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2015.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. Cortez Editora, 1992.

KRAMER, Sonia. (org.); Rocha, Eloisa A.C. **Educação Infantil: Enfoques em Diálogo**. Papirus Editora, 6ª Ed.15/08/2020.

KRAMER, Sonia. (org.); Nunes, Maria Fernanda; Carvalho, Maria Cristina. **Educação Infantil: - Formação E Responsabilidade**. Papirus Editora; 30/10/2020 - 4 a. Reimpressão edição.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro FASE, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MST. Caderno de Educação 12. In.: **Educação Infantil**. Novembro de 2004, Disponível em: [http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/CE%20\(12\).pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/CE%20(12).pdf). Acesso em: 19 dez. 2018.

MST. Boletim da Educação – Número 12. **II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária: II ENERA**. Edição Especial – dezembro 2014, 1ª edição, MST. São Paulo - 2014

RAMOS, Márcia Mara. **Infância do campo**: uma análise do papel educativo da luta pela terra e suas implicações na formação das crianças Sem Terrinha do MST. Tese (Doutorado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. 2021

RAMOS, Márcia Mara. **A significação da infância em documentos do MST**. Ver. Tamios, São Gonçalo (RJ), ano 09, pag.75-97, jul/dez.2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Infâncias. **Tempos e espaços**: um diálogo com Manuel Jacinto Sarmento. Currículo sem Fronteiras, v. 6, n. 1p. 15-24, jan./jun. 2006.

STÉDILE, João Pedro. **Reforma agrária**. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 657, 2012.

NOTA: Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

Submetido em: /2026

Aceito em: /2026

Publicado em: /2026